

**CONSULTORIA  
LEGISLATIVA**

**AGENDA EM TRAMITAÇÃO NA COMISSÃO  
DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER DA  
CÂMARA DOS DEPUTADOS EM 20 DE  
MARÇO DE 2017**

**Fábio de Barros Correia Gomes**

**Mariza Mendes Lacerda Shaw**

Consultores Legislativos da Área XVI

Saúde Pública e Sanitarismo

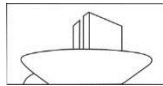
**NOTA TÉCNICA**

**MARÇO/2017**

© 2017 Câmara dos Deputados.

Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citados(as) o(a) autor(a). São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução, sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados.

Este trabalho é de inteira responsabilidade de seu(sua) autor(a), não representando necessariamente a opinião da Consultoria Legislativa, caracterizando-se, nos termos do art. 13, parágrafo único da Resolução nº 48, de 1993, como produção de cunho pessoal de consultor(a).



## **SUMÁRIO**

|  |   |
|--|---|
| 1 Introdução .....                           | 4 |
| 2 Temas em tramitação na CMULHER .....       | 5 |
| 2.1 Projetos de Lei Complementar (PLP) ..... | 5 |
| 2.2 Projetos de Lei Ordinária (PL) .....     | 5 |
| 3 Considerações e sugestões .....            | 7 |
| Apêndice A - Metodologia .....               | 9 |

## 1 INTRODUÇÃO

---

Esta nota técnica apresenta os temas de proposições em tramitação na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER) da Câmara dos Deputados, em 20 de março de 2017, em período próximo ao início da nova sessão legislativa.

Consiste no primeiro estudo dedicado ao conhecimento da agenda em tramitação nessa comissão, utilizando metodologia que vem sendo aplicada à agenda que tramita na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF),<sup>1</sup> de modo a oferecer informações relevantes aos responsáveis pela organização dos trabalhos da CMULHER, tanto no que se refere à produção de leis quanto à promoção de debates e de ações de fiscalização.

No caso das proposições da saúde, o estudo apresenta um maior detalhamento na forma de temas e subtemas, uma vez que se dispõe de tipologia já desenvolvida para esse tipo de política pública. Também procurou-se a identificação de proposições de destaque na saúde, segundo conjunto de critérios selecionados, apresentados no apêndice A.

A próxima seção apresenta tabelas e considerações sobre os achados quanto a temas associados aos tipos de proposição legislativa pesquisados: o projeto de lei complementar (PLP), o projeto de lei ordinária (PL), a proposta de fiscalização e controle (PFC) e o projeto de decreto legislativo (PDC). Na terceira seção, são apresentadas considerações sobre os dados coletados e sugestões decorrentes da análise. O apêndice A apresenta a metodologia adotada.

---

<sup>1</sup> GOMES, F.B.C. Temas de proposições relacionadas à saúde em tramitação na CSSF. Estudos e Notas Técnicas. Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. Brasília, 2016. Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema19/2016\\_11163\\_temas-de-proposicoes-relacionadas-a-saude-em-tramitacao-na-cssf\\_fabio-gomes](http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema19/2016_11163_temas-de-proposicoes-relacionadas-a-saude-em-tramitacao-na-cssf_fabio-gomes).

\_\_\_\_\_. Agenda em tramitação na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados em março de 2016. Estudos e Notas Técnicas. Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. Brasília, 2016. Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema19/2016\\_4082\\_agenda-em-tramitacao-na-cssf-marco-2016\\_fabio-de-barros](http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema19/2016_4082_agenda-em-tramitacao-na-cssf-marco-2016_fabio-de-barros).

\_\_\_\_\_. Agenda de saúde em tramitação na Câmara dos Deputados em janeiro de 2016. Estudos e Notas Técnicas. Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. Brasília, 2016c. Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema19/2016\\_392\\_agenda-de-saude-em-tramitacao-na-cd\\_fabio-barros-correia-gomes](http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema19/2016_392_agenda-de-saude-em-tramitacao-na-cd_fabio-barros-correia-gomes).

## **2 TEMAS EM TRAMITAÇÃO NA CMULHER**

---

Vale destacar que não foram encontrados na CMULHER os tipos de proposição associados à fiscalização (PFC, PDC). Quanto aos tipos relacionados à produção de normas legais, foram detectados cinco PLPs e 72 PLs, considerando todos os temas de política pública.

### **2.1 Projetos de Lei Complementar (PLP)**

Em 20/3/17, havia cinco PLPs tramitando na CMULHER. Foram apresentados por quatro deputadas e um deputado, de cinco partidos – PP, PR, PRB, PTC e REDE – e de 4 UFs - mais frequente: RJ. Todos os PLPs foram apresentados a partir de 2015.

Todos os PLPs estavam distribuídos entre as áreas temáticas de direitos humanos, minorias e cidadania e de organização política, partidária e eleitoral, uma vez que abordam a inelegibilidade dos que cometem violência contra a mulher. Essa matéria consiste no PLP nº 40/2015 e seus apensados e encontra-se na CMULHER desde 1º/1/2016.

Não houve PLP relacionado à saúde.

### **2.2 Projetos de Lei Ordinária (PL)**

Em 20/3/17, havia 72 PLs tramitando na CMULHER. Foram apresentados por 59 autores, sendo cinco do Senado Federal (um da Comissão de Direitos Humanos, três de senadoras e um de senador) e 54 da Câmara dos Deputados, sendo 17 deputadas e 37 deputados. Há PLs de 17 partidos - mais frequentes: PT, PCdoB, PMDB, PSB – e de 21 UFs - mais frequentes: SP, RJ, MG. Há PLs apresentados desde 2009, sendo que 69,4%, a partir de 2015.

Os PLs estavam distribuídos nas áreas temáticas indicadas na tabela 1. As áreas mais frequentes foram as de direitos humanos, minorias e cidadania (34 PLs) e saúde (36 PLs).

No total, 36 dos PLs (50%) eram relacionados à saúde, sendo que 44,4% destes compartilhavam temas de cinco outras áreas. Os temas de saúde mais frequentes foram atenção à saúde (com maior frequência do subtema de programas de saúde) e prevenção, promoção e controle (com maior

frequência do subtema de vigilância epidemiológica, mais especificamente as vacinas contra o HPV).

**Tabela 1.** Distribuição da frequência de áreas temáticas de PLs em tramitação na CMULHER em 20/3/17.

| <b>Áreas temáticas</b>                       | <b>Frequência</b> |
|--|-------------------|
| Administração Pública                        | 5                 |
| Comunicações                                 | 2                 |
| Direito Penal e Processual Penal             | 2                 |
| Direitos Humanos, Minorias e Cidadania       | 23                |
| Educação                                     | 2                 |
| Política Fundiária                           | 1                 |
| Previdência e Assistência Social             | 1                 |
| Saúde  | 20                |
| Saúde_Direitos Humanos, Minorias e Cidadania | 6                 |
| Saúde_Homenagens e Datas Comemorativas       | 1                 |
| Saúde_Previdência e Assistência Social       | 1                 |
| GPE_Trabalho e Emprego                       | 1                 |
| GPE_Previdência e Assistência Social         | 1                 |
| GPE_Direitos Humanos, Minorias e Cidadania   | 5                 |
| GPE_Direito Civil e Processual Civil         | 1                 |
| <b>Total</b>                                 | <b>72</b>         |

Nota: A expressão “Saúde\_” indica que houve classificação múltipla pelo Centro de Documentação e Informação da Câmara (CEDI), e a expressão “GPE\_” indica que o CEDI não classificou a proposição como da saúde, mas o GPE-Saúde, sim.

**Tabela 2.** Temas e subtemas de 36 projetos de lei ordinária (PL) relacionados à saúde em tramitação na CMULHER em 20/3/17.

| <b>Temas e subtemas de saúde</b>      |   | <b>Frequência</b> |
|---------------------------------------|---|-------------------|
| <b>Atenção à Saúde</b>                | Programa / projeto / ação                     | 10                |
|                                       | Destaque programa – ação específica           | 3                 |
|                                       | Destaque programa – assistência farmacêutica  | 1                 |
|                                       | <b>Subtotal</b>                               | <b>14</b>         |
| <b>Direitos e Responsabilidades</b>   | Direitos trabalhistas e previdenciários       | 2                 |
|                                       | Destaque trabalho – maternidade e paternidade | 4                 |
|                                       | <b>Subtotal</b>                               | <b>6</b>          |
| <b>Gestão, Recursos e Pesquisa</b>    | Destaque gestão – direitos dos usuários       | 4                 |
|                                       | <b>Subtotal</b>                               | <b>4</b>          |
| <b>Prevenção, Promoção e Controle</b> | Educação em saúde                             | 2                 |
|                                       | Destaque prevenção – datas e campanhas        | 1                 |
|                                       | Vigilância epidemiológica                     | 9                 |
|                                       | <b>Subtotal</b>                               | <b>12</b>         |
| <b>Total</b>                          |   | <b>36</b>         |

Os critérios indicados no apêndice A (necessidade, oportunidade e contribuição à estruturação da política) foram aplicados aos 36 PLs da saúde e não foram identificadas proposições atendendo a todos eles simultaneamente.

### **3 CONSIDERAÇÕES E SUGESTÕES**

O fato de a CMULHER ser uma comissão de instalação recente e possuir área de competência mais específica pode influir no menor número de proposições em tramitação que em outras, como a CSSF. Por exemplo, no início de 2017, tramitavam 1.613 PLs na CSSF e 72 na CMULHER.

As mesmas explicações poderiam justificar a ausência de proposições de cunho fiscalizador (PFC e PDC) na CMULHER.

No caso dos PLPs, chama atenção que a não deliberação no último semestre poderá prejudicar o andamento da matéria, pois o Regimento Interno da Câmara dos Deputados estabelece arquivamento, salvo exceções, de proposições que ainda se encontrem em tramitação ao fim da Legislatura (art.

105). Isso exemplifica a necessidade de identificar as matérias prioritárias, para que tenham andamento na Casa.

Quanto às áreas temáticas dos PLs em tramitação na CMULHER, observa-se que “saúde” consiste na metade dos temas. Considerando que o volume de PL não é elevado e que não foram detectados projetos que cumpriram todos os critérios de destaque, a adoção de pautas temáticas seria um meio de dar vazão às demandas colocadas para a deliberação da CMULHER.

Tais pautas podem ampliar a transparência das deliberações, facilitar o acompanhamento pelos setores da sociedade interessados e, até mesmo, pela mídia. No caso da saúde, em torno de quatro sessões temáticas poderiam ser suficientes para deliberações em bloco sobre: a) “atenção à saúde”, b) “direitos e responsabilidades”, c) “gestão” e d) “prevenção”.

Esses blocos temáticos também poderiam orientar os temas de audiências públicas no que se refere à saúde.

Quanto às demais áreas temáticas (além da saúde), poderiam ser identificados os temas relevantes (com auxílio de setores específicos da Consultoria Legislativa) para composição de novas pautas temáticas. Assim, quando determinado tema fosse abordado, a respectiva área da Consultoria Legislativa prestaria o devido assessoramento.

Em conclusão, do mesmo modo como observado em estudo anterior, envolvendo a CSSF, considera-se que a metodologia utilizada facilita a identificação do conteúdo de proposições de todos os temas em tramitação na CMULHER e a organização das pautas de deliberação, fortalecendo a sugestão da implantação de monitoramento sistemático das tramitações de proposições, segundo conteúdo de políticas, em comissões permanentes da Casa.



## **APÊNDICE A - METODOLOGIA**

---

Os dados foram coletados por meio do Sistema de Informações Legislativas da Câmara dos Deputados (Sileg), em sua versão para a Intranet (que dispõe de mais variáveis que a versão para a Internet, inclusive uma sobre os macrotemas associados à proposição).

Foram obtidos dados sobre todas as proposições que tramitavam na CMULHER da Câmara dos Deputados em 20 de março de 2017, as quais podem modificar leis, incluindo: o projeto de lei complementar (PLP) e o projeto de lei ordinária (PL). Também foram incluídos tipos de proposição relevantes para a função fiscalizatória da Câmara na área da saúde: a proposta de fiscalização e controle (PFC) e o projeto de decreto legislativo (PDC).

O banco de dados do estudo possui informações sobre: tipo e identificação da proposição; autoria da proposição; data de apresentação; comissões para as quais foi despachada; regime (por exemplo, urgência, especial) e tipo de apreciação (conclusiva pelas comissões ou pelo plenário); situação e local atual de tramitação.

A classificação dos temas adotou aqueles já registrados pelo Centro de Documentação e Informação (CEDI) da Câmara dos Deputados. Adicionalmente, as proposições relacionadas à saúde foram identificadas conforme critérios da tipologia desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Legislativo e Política de Saúde (GPE-Saúde).<sup>2</sup>

A classificação do GPE-Saúde identificou 21 PLs relacionados à saúde, enquanto que a aplicada pelo CEDI detectou onze (em sete casos, houve classificação múltipla, incluindo o tema da saúde).

Os critérios usados para destacar os PLs foram os seguintes: a) necessidade (se a ação demanda lei ou poderia ser adotada por norma infralegal, pois há temas sobre os quais já existem leis que permitem a abordagem por decretos ou portarias do Executivo), b) oportunidade e c) contribuição à estruturação da política (se estruturante ou complementar).

---

<sup>2</sup> A versão atual da classificação consiste numa revisão da publicada por CARVALHO, C V; GOMES, F B C; LUCHESE, G e TEIXEIRA, L S. Manual para classificação de proposições legislativas relacionadas à saúde. Brasília, Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2011. Disponível em: [http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/8330/manual\\_GPE\\_saude.pdf?sequence=3](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/8330/manual_GPE_saude.pdf?sequence=3).